

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

14.08.2019

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

14.08.2019

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato de número 47, de 2019, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades afetas da gestão da Fundação para o Remédio Popular, Furp, envolvendo casos de corrupção no contrato para a construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São, e ausência de planejamento, impactos da judicialização das demandas para fornecimento de medicamentos de alto custo.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados: Agente Federal Danilo Balas, nobre deputada Beth Sahão, deputado Delegado Olim, deputado Alex de Madureira, nobre deputado e líder do governo, que nos dá a honra da sua presença, hoje, Carlos Pignatari.

Solicito a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem o nobre deputado...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Gostaria que dispensasse a leitura.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Fica dispensada a leitura...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - E pela ordem também, Sr. Presidente. Queria, por gentileza, deixar consignado que eu teria que sair, que tem hoje o Policial Nota 10, lá no Palácio dos Bandeirantes, e o governador não atrasa um segundo. Então, eu quero

chegar lá meio-dia, no horário. Eu deixaria até de participar aí, e agradecer já várias emendas dadas para a base do governo. Não deu nada para o PT. Olhe a cara dela, como ela está brava. Então, queria agradecer, já de antemão. Tudo bem? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - OK, obrigado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Você me paga. Você é ordinário.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu pedi para o secretário Germann para já tomar assento aqui. Ele já está presente; depois a gente já faz as honras da Casa, mas agradecer a sua presença aqui. O clima está bom, né? Está todo mundo em paz. Fique à vontade, por favor. Vou dar sequência aqui, até porque o nobre deputado Olim... Deputado Olim, por gentileza. Só temos um requerimento precisando da votação do senhor. Então, já fazemos e liberamos o senhor para ir lá ao Policial Nota 10.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - OK, oK.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Há sobre a mesa um ofício do nobre deputado Cezar, que registra a sua ausência, em vista que o nobre deputado se encontra fora da Casa, tratando de assuntos parlamentares. Temos aqui na pauta o Item 1, que é um Requerimento de número 31, da nobre deputada Beth Sahão, datado de 13 de agosto, que solicita seja convidado o senhor Roberto Vilela, da empresa RV Ímola Transportes e Logística Ltda, para prestar informações sobre os contratos e aditivo celebrados entre a Furp e a referida empresa, que o Tribunal de Contas julgou irregulares.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Obrigado, nobre deputado Olim.

Dando sequência aqui, é com muito prazer que recebemos na Casa, mais uma vez, e aqui na CPI o Sr. Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Dr. José Henrique Germann, que vem à Casa logo de manhã. Acho que é o secretário de Saúde que mais tem comparecido à Assembleia Legislativa. Eu estou aqui há 24 anos e nunca vi

secretário de Saúde tão presente aqui na Casa, na Comissão de Saúde, liberação de recursos, dando satisfação aos Srs. Deputados.

Então, eu quero agradecer muito a sua presença, secretário, mais uma vez aqui na CPI da Furp. O senhor sabe que essa CPI foi formada com a preocupação da distribuição dos remédios, uma rejeição de contas da Furp pelo Tribunal de Contas, por falta de pagamento, quebra de ordem cronológica de pagamento, aquele problema que houve, uma delação premiada por membros da Camargo Corrêa sobre integrantes do governo para pagamento de um reequilíbrio econômico-financeiro, e a PPP, que é uma preocupação que existe. Então, sei que o senhor... vou passar a palavra a V.S.a, para que pudesse, no tempo que achar importante, falar sobre a Furp. Depois eu vou abrir a palavra, a inscrição aos Srs. Deputados, para que possam fazer o questionamento ao senhor. Mas desde já agradeço sua presença. Falava-lhe agora de manhã, o senhor está aí com oito meses de governo tomando pé da situação. Todos os fatos foram de outros governos, mas a solução dos problemas que aí estão cabe ao senhor.

Vou passar a palavra a V.S.a, agradecendo muito a presença, e da sua equipe também, para que o senhor faça a explanação no tempo que julgar necessário. E mais uma vez agradecer a presença do deputado Carlos Pignatari aqui, líder do governo.

Passo a palavra a Vossa Senhoria.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - OK, muito obrigado. Agradeço as palavras do deputado Edmir, e nossa Secretaria está sempre de portas abertas, à disposição. E uma outra questão que eu gostaria de ressaltar, a gente busca uma transparência de todos os assuntos, sempre procurando tratar com a maior, de novo, transparência, e para que a gente possa, ao final das contas, atender aquele que é o nosso cliente final, que é o paciente, que o cidadão brasileiro, paulista, paulistano. E é para isso que a Secretaria está ali presente.

Entre as diversas entidades que a Secretaria tem, existe a Furp. A Furp é uma empresa já 50, quase 50, 50 anos, aproximadamente, que está com a incumbência da produção de medicamentos. Essa é a finalidade da existência da Furp.

Nós iniciamos o mandato, e fomos apresentados a todas as instituições e entidades da Secretaria, entre elas a própria Furp, quando estava lá o superintendente, o Sr. Durval de Moraes. Junto com ele eu tomei conhecimento das... eu, falando assim em palavras mais abrangentes, né, da situação da entidade, do ponto de vista de muito pouco

produção e baixa produtividade. Era uma, além da baixa produção, muito mais grave a baixa produtividade que vinha como resultado da própria entidade em si, tanto de gestão quanto de condições, e quanto de mercado, vamos chamar desta maneira.

Tomamos conhecimento da existência da segunda fábrica. Fica em Américo Brasiliense, essa bem mais nova, vamos dizer assim. Tem aproximadamente uns 10 anos, talvez, se tanto, e também tem o mesmo, a mesma situação, aliás, agravada por um contrato estabelecido entre a secretaria que, através da CPM, que é a Companhia Paulista de Medicamentos, e da CPP, que é a Companhia Paulista de Parcerias, que, de certa forma, supervisiona essa situação e a elaboração de PPPs... E junto com essa PPP, a situação é mais grave ainda.

Além da baixa produtividade, além da baixa produção, gerava e gera até hoje uma dívida para a secretaria, já da ordem de quase 100 milhões de reais.

Nesse sentido, nós substituímos a superintendência, trouxemos o Afonso Celso para ser o superintendente, ele já conversou com vocês aqui, e instituímos uma sindicância.

A sindicância tinha por objetivo entender, de uma forma numérica e de uma forma esclarecedora, tudo isso que coloquei para vocês e me apareceu a grossos números. Então, agora, detalhadamente.

Além disso, estabeleceu-se também, em função da própria fábrica de Américo Brasiliense, uma segunda sindicância em função de trazer um órgão de auditoria, que é a Fipecafi, acho que é isso, no sentido de ela fazer então...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Como chama esse órgão?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Fipecafi. É um órgão do governo, uma empresa do governo que faz consultoria e auditoria às empresas.

Estamos então aguardando esses relatórios finais dessas duas, tanto da auditoria interna, da sindicância interna, não é nem só uma auditoria, e dessa que foi contratada com o objetivo de entender o contrato e a construção, o contrato da PPP e a construção relacionada a Américo Brasiliense.

Então, estamos aguardando isso para tomar as providências que venham como resultado de um estudo já de quatro meses, talvez, e aí vamos ver o que temos que fazer. E o que tiver que ser feito, voltando àquela minha frase de transparência, será feito.

Temos que atender, por último - digo por último, por fim -, o nosso cliente final, que é o paciente.

Acho que eram essas as minhas considerações iniciais e estou aqui às ordens para responder seus questionamentos. Muito obrigado mais uma vez pela acolhida.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado, secretário. Quero registrar a presença também do atual superintendente da Furp, o Afonso, e de toda a equipe da secretaria e da Furp, que estão acompanhando o secretário.

Passo, pela ordem de inscrição, à nobre deputada Beth Sahão, que fará seus questionamentos ao Sr. Secretário.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Primeiramente, quero cumprimentar mais uma vez o Sr. Secretário da Saúde, Dr. José Henrique, ele que é da grande Catanduva, oriundo da grande Catanduva.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A indicação foi sua, Beth?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pois é, por que não? O que o Carlão está resmungando lá atrás?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não ouvi, Beth.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Ele está resmungando lá atrás. (Fala fora do microfone.) Bem, desculpem as brincadeiras.

Quero agradecer a sua presença. O senhor sabe que a gente está nessa condução da CPI já há alguns meses e eu queria fazer alguns questionamentos ao senhor. Não sei se o senhor terá condições de responder a todos, mas, de qualquer modo, vamos às perguntas.

A primeira delas é: que providências estão sendo adotadas pela secretaria em relação à execução do contrato com a CPM? O senhor já falou um pouco de Américo Brasiliense. Existe a sindicância em andamento para apurar eventuais irregularidades que possam, por ventura, existir nesse contrato.

E também a gente queria saber como estão sendo feitos os repasses de recursos à Furp e a requisição de medicamentos. Como a secretaria está trabalhando nesse sentido?

Eu prefiro fazer todas as minhas questões, presidente, e depois ele responde. Não sei como o senhor prefere.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Ok, está bom.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pode ser?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Pode.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Se alguma providência está sendo adotada em conjunto com a Furp para a redução dos custos dos medicamentos pela COM, e em relação à forma de registro dos medicamentos junto à Anvisa também. Como isso está sendo tratado? Porque me parece que é um protocolo muito demorado, o que acaba prejudicando o fornecimento e a produção desses medicamentos.

Se existe, no âmbito da secretaria, sindicância visando apurar se houve, se já existe irregularidade na decisão da Furp de não recorrer judicialmente e reconhecer a dívida com o consórcio liderado pela Camargo Corrêa. Nós ouvimos aqui muitas pessoas que disseram que... Ontem mesmo tivemos aqui o Dr. Flávio e ele disse que não, que passou por alguns departamentos com autorização para o pagamento e foi feito o pagamento. O senhor sabe que isso gerou o pagamento de 25 milhões de reais, segundo palavras deles mesmos. A gente achava que eram 22, mas ele corrigiu e falou que era mais ainda, que eram 25. Ontem, ele nos disse isso.

E se foi apurado o responsável pela demora no repasse dos recursos financeiros à Furp necessários à aquisição das cartas de crédito para aquisição dos equipamentos que causaram o atraso na obra e o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do consórcio.

A CPM tem condições de produzir os medicamentos de que necessita a Secretaria de Saúde e que não estão contemplados na cesta de produtos constantes do contrato?

A negociação dos preços para aquisição de novos medicamentos, cesta suplementar, aplica um desconto sobre o valor de mercado desses medicamentos, na

medida em que são adicionais e não integravam a lista de medicamentos constantes da cesta? Quer dizer, há essa aplicação?

Nas visitas que a gente fez, tanto na Furp aqui, mas, sobretudo, na de Américo Brasiliense, que é um dos objetos da nossa CPI, eles dizem que produzem 25% da capacidade produtiva deles, porque não haveria uma ordem de serviço por parte da secretaria para ampliar essa produção.

Então, na verdade, há uma ociosidade nessa relação, nessa parceria e, por consequência, talvez o contrato inicial não venha sendo cumprido em função - segundo eles e ontem mesmo o Sr. Flávio afirmou isso - da não ordem de serviço por parte da Secretaria da Saúde. E se o senhor participa também da escolha ou das decisões tomadas pelos representantes da Secretaria da Saúde no conselho deliberativo da Furp, porque ontem também ele disse que era um mero cumpridor de ordens ali, que ele não tinha decisão nenhuma, que o poder de decisão dele ficava submetido sempre ao conselho deliberativo da Furp. Inclusive o pagamento dos 25 milhões, ele disse literalmente aqui ontem, que ele o fez porque o conselho deliberativo o autorizou a fazer.

Então a gente queria saber até que ponto esse papel do conselho é... Quer dizer, quem manda em tudo é o conselho? Como é que são as escolhas desses conselheiros? Qual é o critério que é utilizado para isso? Enfim, se o senhor pudesse nos esclarecer... Por ora, são essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, Sra. Deputada.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Então, é o seguinte: primeiro com relação à construção e à questão da compra dos equipamentos, eu não acompanhei. Isso foi realizado 10 anos atrás mais ou menos, aproximadamente nesse período. Olhando hoje, o que eu posso dizer é o seguinte: a necessidade de medicamentos que a Secretaria tem e os medicamentos que a Furp produz têm uma intersecção muito baixa.

Para que a Furp pudesse atender, digamos assim, limite, 100% das necessidades de medicamentos da Secretaria, ela teria que fazer essa produção. Essa produção teria que ter licenças de produção, que são caríssimas, e o custo que estaria embutido nessa produção seria muito mais alto do que é hoje. Com o pouco que ela produz, ela já gera

um grande prejuízo. Inclusive, na fábrica de Américo Brasiliense, como eu disse, além de prejuízo, gera dívida.

Então seria uma maravilha, vamos dizer assim, que ela pudesse atender todas as necessidades da própria Secretaria, mas isso elevaria o preço e o custo que no mercado eu pago um terço daquilo que essa produção custaria.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Da Furp? Não da CPM?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMAN FERREIRA - Dos dois. Os dois têm a mesma situação, e a PPP lá em Américo Brasiliense até mais ainda, mais grave ainda, mais grave no sentido de gerar dívida, é isso que eu quero dizer do ponto de vista financeiro. Então, por isso, feitas as duas consultorias - podemos chamar de essa sindicância, porque a sindicância, além de apurar, ela tem que dar um caminho... Ela não é só uma sindicância e uma auditoria pura e simples. Nós estamos querendo um caminho, qual seria o caminho.

Então, nesse sentido, nós estamos aguardando. Uma deve estar pronta agora até o final deste mês, e aí a gente já pode dizer com segurança e com os números mais abertos e com transparência o que nós vamos fazer. Juntando tudo dentro de uma situação dessa natureza, não podemos carregar um prejuízo, não podemos carregar uma dívida crescente. Então, podemos dizer hoje que a produção de medicamentos por parte da Furp é uma geradora de prejuízo e de dívidas. Então, nesse sentido, teremos que tomar uma providência sim.

Agora, o que a senhora perguntou do conselho, quem determina o superintendente da Furp é a Secretaria, que submete a esse conselho, que aprova a posteriori também. O mecanismo de gestão desse corporativo, o conselho, é extremamente, como eu diria, está muito na mão do conselho. Ele é mais do que um conselho, ele é um deliberativo, tá? Ele não é um conselho que está lá como consultivo para que possa... Porque tem farmacêuticos da USP, tem um pessoal, mas eles estão ali para fazer gestão mesmo, entendeu?

Então, nesse sentido, nós estamos também, dentro dessa sindicância, vendo como é que nós vamos trabalhar, se haverá necessidade de mudar essa estrutura de conselho e de gestão. Então é outro ponto, não tem nada a ver com a questão financeira, mas um gera o outro.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor acha um dos... O senhor está citando que muito certamente está operando a Furp com prejuízos, e isso deverá ser corroborado ao final da auditoria.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Eu acredito que sim. Tudo leva a crer que sim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sim, a gente também, pelo que está apurando, também acreditamos que sim, mas o senhor acha que uma das alternativas pode vir a ser a privatização da Furp?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Veja, eu acho que a alternativa principal para a Secretaria é o seguinte: se essa situação se consolida dessa forma, como nós estamos antevendo, e a senhora também, a Furp deve parar de produzir remédios. Eu acho que esse é o ponto. O que nós vamos fazer nesse sentido é outro problema, é outra providência. Se ela vai ser privatizada, o que nós vamos fazer com relação a uma nova finalidade, enfim. Nós temos lá quase mil funcionários...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Exatamente.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - São funcionários públicos, e eles têm a garantia do seu emprego.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sim, a estabilidade.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Têm estabilidade, têm tudo. Alguns têm um percentual bastante acentuado acima de 60 anos, é uma população, vamos chamar assim, idosa, com esse percentual, podemos dizer dessa maneira. Então mais ainda a gente tem que preservar, mais ainda a gente tem que ter esse cuidado, porque não tem como destruir uma estabilidade que foi conquistada por lei, e isso tem que ser respeitado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Só para...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela oportunidade, deputada, só para registrar a presença do nobre deputado Thiago Auricchio na sessão, para constar em ata, e também da deputada Carla Morando, líder do PSDB. Obrigado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A Furp sempre teve um papel importante para suprir as demandas por medicamento na Rede Pública de Saúde, principalmente os municípios. Eu lembro que, quando a gente governava Catanduva, a Secretaria Municipal de Saúde comprava muito da Furp. Quer dizer, comprava ou recebia muito, e isso ajudava muito na distribuição de medicamentos. Hoje como é que está isso? O senhor consegue nos dizer que percentual vai para essa redistribuição nos municípios, nas secretarias municipais de Saúde que vem da Furp? E o outro percentual vem dos laboratórios. A Secretaria licita esses laboratórios, há uma licitação que funciona?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Isso. É feita uma compra como outra qualquer. Uma licitação, formação de ata de preço, e pronto. É assim que funciona, vamos dizer assim, e o percentual hoje é baixo. Nós compramos muito mais no mercado do que produção que vem da Furp para a secretaria distribuir ou por distribuição direta. Acho que eu respondi suas questões.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Respondeu. O senhor participa do conselho?

O SR. DR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Não participo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A senhora se dá por satisfeita, deputada Beth Sahão, por hora?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu tenho mais uma questão, mas eu vou esperar a rodada.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Inscrito agora na ordem, o nobre deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Bom dia a todos, bom dia ao nosso presidente desta CPI. Cumprimentar o nosso secretário José Henrique Germann Ferreira. Primeiramente, agradecer a presença de V. Exa. nesta CPI e, secretário, tenho acompanhado o excelente trabalho de V. Exa. à frente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo nesses oito meses de início do governo do nosso governador João Doria.

E sobre a Furp, tenho acompanhado os esforços também do nosso querido Afonso, que tem nos atendido de uma forma muito cordial, muito respeitosa e de forma institucional. Eu pergunto a V. Exa. se existe hoje por parte da Secretaria do Estado alguma discussão ou estudo sobre o que fazer para melhorar a Furp. O senhor já respondeu aqui.

Eu acho que todos nós estamos esperando a finalização desse estudo que está sendo feito internamente pela Furp para que nós possamos até pensar em rumos e esta CPI também possa indicar como norte para que a nossa Secretaria do Estado e o Governo do Estado tome como atitudes e ações para que nós vejamos esse problema solucionado.

Sobre a Secretaria de Saúde, quero agradecer o senhor também pelo atendimento a todos os deputados de uma forma muito especial. Todos que nós ouvimos e todos que nós falamos têm se sentido muito atendidos pela Secretaria de Saúde do Estado.

A equipe da secretaria tem feito um trabalho com excelência, de uma forma muito profissional. Ao mesmo tempo, nós nos sentimos acarinhados por todos da secretaria; eu acho que todos. A Beth tem alguma coisa contra a forma que a secretaria está tratando os deputados?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu nunca fui lá.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - A Beth me olha assim de um jeito, presidente, que eu falo assim: ela está contra ou ela está a favor? Brincadeira à parte, mas agradecer...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas vou. Acho que sexta-feira eu tenho uma audiência lá, mas não é com o senhor, é com o Dr. Boulos.

O SR. DR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Mas já aproveite, passe lá e dê um abraço no secretário também.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - E todas essas ações, eu sei que nós vamos esperar esse estudo interno que está sendo feito para que nós possamos pensar em ações.

E o senhor já disse também aqui que se continuar do jeito que está e nós visualizarmos no futuro que poucas soluções se desenham para que a Furp volte ou venha a ser aquilo que se imaginou que ela seria lá atrás... Eu queria que o senhor indicasse alguns pontos, os quais o senhor acha que foram os principais fatores que ocasionaram o que aconteceu com a Furp hoje.

Ela teve um projeto lá atrás, uma ideia, um sonho, e que, infelizmente, com o decorrer dos anos, esse sonho não se concretizou, não está se concretizando e nós estamos vendo isso, todos nós.

Se o senhor pudesse indicar alguns fatores que o senhor acha que nesse período de tempo aconteceram para que esse sonho não se realizasse.

O SR. DR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Muito obrigado pelas suas considerações, pelo respeito que tem conosco. Ele é recíproco e estamos às ordens e o nosso objetivo aqui é fazer - como eu disse desde o começo - um atendimento que leve a satisfação e atender as necessidades dos pacientes.

Dentro da sua colocação, de fato eu acho que se tiver uma possibilidade que a gente possa vir a produzir e oferecer para a secretaria medicamentos a um custo compatível ou preço de mercado, nós iremos fazer todo o esforço nesse sentido. Parece que talvez não aconteça.

Em não acontecendo, como o principal fator que levou durante esses 50 anos a chegar nesse ponto que chegou aqui, é o mercado, são as situações de mercado que hoje são totalmente diferentes do que eram antigamente. A produção hoje de medicamentos - parece que não - mas cai gradativamente o seu custo.

Algumas conversas que tivemos informais já visualizam que se você conseguisse produzir por esse preço, eu consigo por 10% desse valor, para ter uma ideia. Para alcançar essa situação de mercado vai ser muito difícil, se tiver que ser feito desta maneira. E esse é o principal motivo.

É a mudança que o mercado obteve, teve, produz e exerce hoje sobre toda a indústria de medicamentos, seja de alto custo ou baixo custo, não importa.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Nós visualizamos também - eu posso falar porque nós estivemos na fábrica lá e conversamos com funcionários, com diretores, pessoal, superintendência e todos - que a gente acaba entendendo, infelizmente, que o poder público, o Governo do Estado, não tem como acompanhar as grandes empresas farmacêuticas.

Nós não temos o mesmo poder de investimento que um laboratório, deputado Carlos Cezar, tem, que um grande laboratório tem. O investimento que eles fazem em novas tecnologias, na produção do medicamento, em novos medicamentos, o Estado não tem como acompanhar isso.

O Estado tem outras prioridades que ele precisa cuidar e ele acaba achando no mercado, Beth, medicamentos mais baratos do que se ele mesmo for produzir. Então, a gente chegou a um ponto... Eu sei que o objetivo desta CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é investigar irregularidades na fábrica, primeiramente na sua construção.

O secretário nem participou disso. Mas o que eu vejo hoje é que nós temos que pensar... É lógico, nós estamos investigando algo que inclusive o Ministério Público, a polícia estão investigando também. Existe uma investigação correndo.

Eu acho que nós temos que pensar, daqui para frente, em saídas para a Furp. Tem que pensar no futuro. Não adianta a gente pensar para trás. Nós vamos ficar cavando, cavando, cavando, cavando e não vamos achar uma solução para um problema que é de hoje, não é de lá de trás.

Nós temos um problema na mão hoje. O problema hoje é o seguinte, a Furp dá prejuízo para o Estado. O Estado está colocando dinheiro lá e o dinheiro está indo pelo ralo, não está sendo investido, não tem retorno, não tem eficiência.

Então, eu acho que aproveitar a vinda do senhor aqui e dizer que, de minha parte, e sei que de parte da maioria dos deputados desta CPI, nós estamos pensando no que

fazer para frente. Não adianta a gente pensar daqui para trás. Daqui para trás a gente não conserta. O que nós podemos...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Dê-me um aparte, por favor?

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Claro.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Lembram-se também, vocês todos que estão participando da CPI, que eles disseram aqui que há medicamentos que só a Furp produz hoje e que são utilizados pela população?

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Exatamente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Então como é que fica, também aproveitando, já que a gente aqui... Vamos dar uma... Como é que fica? Você fecha ou vende uma fábrica...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Mas aí é que está, Beth, você até falou... Desculpa. Você até falou...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O setor privado não tem mais interesse, eles mesmos disseram aqui, em produzir essa medicação.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Mas você até falou aqui sobre privatização. Numa possível, vamos dizer, nós estamos conjecturando aqui, numa possível privatização, você coloca uma cláusula lá que o laboratório que comprar a fábrica e for produzir medicamento lá dentro fique obrigado a produzir aqueles medicamentos que a Furp, só a Furp fabricava. Opa, aí você pensou em resolver um problema que nós temos hoje.

Se ninguém fabrica porque não tem interesse econômico naquele medicamento - como nós ouvimos lá, são medicamentos que não têm custo, não tem retorno financeiro, mas que têm retorno e têm necessidade para a população -, então, numa possível

privatização, coloca-se uma cláusula nesse contrato em que o laboratório fica obrigado a fabricar aqueles medicamentos que já são fabricados hoje pela Furp. Entendeu?

Então eu acho que nós temos que começar a pensar em... Esta CPI tem um período e nós temos que pensar em resolução de problemas. O que ficou para trás eu sei que é importante, tem que ser investigado, tem que visto, os responsáveis têm que ser responsabilizados pelos atos. Ótimo. Eu concordo com isso, acho que esse é um dos objetivos da CPI, mas não vamos fechar os olhos para o problema que nós temos hoje.

O Estado está gastando um dinheiro que não poderia gastar, está indo pelo ralo, literalmente. Por quê? Porque nós estamos gastando com medicamentos que nós poderíamos comprar no comércio normal por um valor menor. Nós temos uma fábrica que, infelizmente, é ociosa. Nós temos funcionários que têm sua estabilidade, isso tem que ser respeitado, tem que achar mecanismos para resolver esse problema. Eu acho que esse tem que ser o papel desta CPI.

Gostaria de ouvir a opinião do senhor quanto a essa discussão que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quero registrar a presença do nobre deputado Carlos Cezar, que se faz presente aqui.

Passo a palavra para o Sr. Secretário para as respostas do deputado Alex de Madureira.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Sem dúvida, concordo absolutamente, em gênero, número e grau. Hoje o que nos tira o sono é o que nós vamos fazer. O que passou está aí para a gente consertar? Não, mas para a gente apurar e criar responsabilidades. Agora, fazer com que a situação que existe hoje volte a ser uma situação de mercado, eu vou chamar de mercado porque esse é o problema central da situação, é extremamente difícil e o investimento é de tal ordem que não tem mais cabimento a gente, nos dias de hoje, fazer.

Então, numa eventual privatização, nós temos que ter um contrato que proteja as nossas necessidades, que não seja leonino, que, numa possível PPP ou não, a gente consiga então atender esse... Sob a responsabilidade de quem fizeram o contrato conosco, porque senão nós vamos ficar do mesmo tamanho, então não pode. Nós temos que ter uma reformulação, inclusive, do que nós precisamos, de necessidade.

Ainda bem que são muito poucos os medicamentos que hoje a indústria não tem interesse em fazer, entende? Então a gente conseguiria botar num DX de prejuízo, sendo essa a opção, para quem for trabalhar. Dá para fazer isso sem problema nenhum.

Nós vamos ficar dando volta, dando volta, dando volta. Nós vamos cair sempre no mesmo problema. A solução nós temos que ir buscar logo depois que sair uma coisa formal, um relatório formal a respeito da situação financeira e de gestão.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Só para finalizar, queria mais uma vez agradecer à Secretaria de Saúde do Estado, na pessoa do nosso secretário José Henrique Germann. Todos os anos nós realizamos na região do Brás o Outubro Rosa. Nós fazemos ali com a carreta da mamografia. Então, mais uma vez, agradecer ao senhor aqui, aproveitar este momento público para fazer um agradecimento aqui, em nome da AD Brás, em nome dos moradores e dos frequentadores ali da região do Brás.

Todos os anos, e esse ano vamos realizar novamente, pelo quinto ano seguido, com ajuda da Secretaria de Saúde do Estado, também do nosso Governo do Estado de São Paulo. Este ano, vou dizer para o secretário, foi o mais rápido que nós conseguimos, foi a forma mais rápida e mais tranquila. Em anos anteriores foi um pouco mais difícil.

Então agradecer a toda a secretaria aqui, ao Eduardo Barbin, também à querida Luciana, pela ajuda que têm nos dado.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Perfeitamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Inscrita agora a nobre deputada Carla Morando, líder do PSDB.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Bom dia a todos e a todas, deputados aqui presentes. Gostaria de agradecer a ilustre presença aqui do nosso secretário, Dr. Germann, que vem desempenhando um trabalho brilhante e superando as expectativas do governo. Eu tenho certeza de que a Saúde está em boas mãos.

Dizer que, mais uma vez, nós estamos diante de uma empresa sob a responsabilidade do governo e que não é de alçada do governo. O governo não tem que

ficar preocupado em desenvolver medicamentos, em fabricar medicamentos, e sim em cuidar da saúde das pessoas e fornecer medicamento feito por uma empresa que, sim, tenha know-how e toda a cadeia produtiva, que acaba fazendo com que a empresa seja uma empresa lucrativa, e não da maneira como hoje a gente encontra a Furp.

Então, mais uma vez, a gente tem um novo desafio aqui. Acredito que deva até passar pela Assembleia mais uma vez, que é a extinção de empresas que não são de prioridade do governo. E dizer que eu estou presente sempre aqui. Pode contar comigo. Sou totalmente favorável a esse plano. No que for preciso, pode me acionar. Era isso. Mais para agradecer e parabenizar o trabalho.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Muito obrigado.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Obrigada.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Apenas para dizer o seguinte: eu queria... Eu estou entendendo todo o seu raciocínio, certo?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Perfeito.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E acho que a gente sempre lamenta muito que o Estado saia de áreas em que ele, inclusive, pode ser um balizador de preços etc. Acho que isso não é bom. Sempre achei a Furp uma empresa importante para a saúde da população, em especial da população de baixa renda. Queria, apenas, que a privatização não fosse o único caminho.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Entendi.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Se a gente pudesse, também, contribuir, ao final dessa CPI... Eu sou uma das sub-relatoras, e certamente vou fazer meu relatório buscando outras alternativas, que espero que existam no transcórrer de tudo aquilo que a gente está apurando e tudo aquilo que a gente está, também, concluindo ao final de cada oitiva nossa aqui. E, entre isso, eu queria aproveitar para perguntar ao senhor o seguinte: dá para reformular esse contrato? O contrato foi muito ruim?

O senhor disse que, para fazer uma nova medicação, o registro é muito caro. Não interessa ao estado subsidiar um pouco, pelo menos, para poder manter uma fábrica como essa, que o senhor mesmo disse: “estamos (Ininteligível.)”. E a gente viu lá em Guarulhos: 900 e poucos trabalhadores. A gente também saiu de lá com a sensação - e comentamos isso depois - de que aquilo estava meio subutilizado, ao que os nossos olhos puderam ver. Não pela presença, aqui, do Dr. Afonso, que até foi extremamente gentil; veio aqui também, foi bastante, dentro das possibilidades dele.

Mas é isso que eu queria saber do senhor. Quer dizer, tem outras alternativas que não fossem a simples extinção? Porque a gente luta muito aqui, enquanto oposição, para não extinguir empresas que nós consideramos que prestam serviços importantes para a população.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Perfeito. Por parte da Secretaria, não tem nada fechado. É isso que eu posso dizer para a senhora. E o que nós vamos fazer é sanear. Se por um acaso... Nós estamos vendo... E eu vou repetir novamente: se a produção de medicamentos é danosa para o estado, nós vamos parar com isso. Agora, a questão de como fazer e que caminho tomar é outra situação. E teremos que estudar todas que se apresentarem.

Isso eu garanto para a senhora que será feito. Vamos estudar tudo o que for possível, de acordo com aquilo que for mostrado. Não estou fechando, de jeito nenhum, numa privatização. O que eu estou fechando, aqui, de certa forma, é o seguinte: se essa produção não consegue ser revertida, ela para. É isso.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Você vai fazer uma pergunta, né? Então, deixe-me encerrar minha participação com o secretário.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Umas 80 e poucas.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Só pela oportunidade, secretário. Eu não sou uma deputada que fica pedindo audiências, nada. É muito difícil eu solicitar alguma audiência a alguma secretaria. Mas a gente está com uma preocupação grande aqui no estado, que foge um pouco desse objeto. Mas aproveitar a sua oportunidade. É a questão do sarampo. A gente está um pouco preocupada com isso. Eu vi que houve um

crescimento aqui na capital. E tem algumas cidades no interior em que já estão pipocando também alguns casos, inclusive lá na nossa região - Fernandópolis.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Fernandópolis.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Fernandópolis é uma cidade que... E eu queria saber do senhor como está, se está com disponibilização de vacinas, se vocês estão com alguma medida emergencial que vocês estão pensando em... Já estão adotando. Como está esse resultado? As campanhas, talvez, de orientação, educativas etc.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Desde que começou, a primeira consideração que eu tenho que fazer é a seguinte: ela não é um problema nosso, é um problema mundial. Hoje, existe um aumento do número de casos no mundo inteiro. Até estava vendo, anteontem, que ela subiu, neste ano, no mundo todo, mais do que em qualquer outro ano desde não sei quando, muito tempo atrás, mais de 10 anos.

Então, isso não é problema isolado do Brasil, nem de São Paulo. Agora, elas entraram aqui, elas vieram de fora, principalmente da Europa. E aí, a contaminação do sarampo é muito rápida. Cada um contamina 18. Então, isso traz um aumento rápido. A única solução é a vacinação. E a vacinação... Conforme se estabelece pela faixa etária o que está acontecendo, é que você vacina.

Então, para isso, ficou determinado que são crianças até um ano - de seis meses a um ano - e os jovens adultos, entre 15 e 29. Por quê? Porque é aí que está a incidência maior, primeiro porque são os recém-nascidos; e o segundo porque, contando 30 anos atrás, 25 anos atrás, pode ter tido algum problema de vacinação, em que não quiseram vacinar. Estava iniciando essa onda de não vacinação. Então, isso veio aparecer agora - vamos dizer assim - mais forte ainda. E os que estão acima disso provavelmente tiveram a doença e estão imunizados - vamos chamar assim - naturalmente, inclusive nós presentes. Quase todos nós, aqui, passamos por isso.

Agora, a campanha que nós fizemos, que se encerra dia 16, em 15 cidades... Por que 15 cidades? Porque são essas cidades que têm maior incidência de casos, sendo, em primeiro lugar, a capital. No dia de hoje, nós temos 1.300 casos confirmados, sendo 900 na cidade de São Paulo. Então, nós solicitamos a presença dos 15 secretários de Saúde

dessas cidades e fizemos um plano, junto com eles, e eles passaram então... Porque quem executa a vacinação é o município. E têm feito um ótimo trabalho.

Não temos falta de vacina. Até o dia 16, provavelmente, nós vamos ter vacinado mais de cinco milhões de pessoas nesse conglomerado. E aí, agora, é uma questão de observar o comportamento da curva de crescimento. Se a curva de crescimento começar a fazer uma estabilidade, assim, é porque vai estabilizar. Se ela estiver nesse sentido, então ela vai aumentar. Por enquanto, ela está meio reta. É uma curva que sobe dentro de certa frequência. E a vacinação em cima...

Têm sido feitos os bloqueios. O que é o bloqueio? Apareceu um caso num dado local, a prefeitura vai lá e faz a vacinação daquele ambiente - vamos chamar assim -, de todas as pessoas que estão ali. Ali, não depende se tem 15 anos, se tem 30. Todo mundo entra nessa história. Isso se chama bloqueio. E, de seguida, vem a varredura, que seria, assim, a quadra, se pudermos colocar como exemplo.

Então, se aparece algum outro caso na quadra, então faz o bloqueio ali e varre a quadra, vamos dizer assim. Então, tem essas duas situações de campanha. Ainda não dá para dizer se ela vai terminar ou continuar mais um tempo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Bem, não há deputados inscritos, então vou fazer alguns questionamentos para o secretário aqui, agradecendo mais uma vez a sua presença.

Atualmente, o senhor tem os números? Se o senhor não tiver, depois o senhor encaminha. O senhor não é obrigado a ter tudo aqui, todas as informações sobre a Furp. Afinal, a Furp é um dos problemas que o senhor tem para fazer a gestão. Vou deixar registrado aqui, a assessoria depois encaminha para a gente, quando o senhor puder.

Atualmente, a Furp responde por quantos por cento dos remédios distribuídos pelo governo do estado, e qual o peso da fundação nessa rede de remédios? E os comprados no mercado privado respondem por quantos por cento? Para a gente ter uma avaliação aqui. Não deve ter esses números hoje aqui. O senhor encaminha quando possível, por gentileza.

Quanto à distribuição de remédios, que é algo que nos preocupa também, a gente tem visto que os senhores, o governo do estado tem despendido milhões de reais por dia, bilhões de reais nos últimos anos. Né? Dois bilhões e 800 milhões de reais entre 2016, 17, 18. Em 2019 já foram 270 milhões de reais, e isso impacta muito orçamento

dos senhores. Quais as providências que o governo do estado pode tomar? Porque parte desses medicamentos quem repassa deveria ser o governo federal, pela informação que temos.

O estado de São Paulo já entrou com alguma ação contra o governo federal quanto a isso? Porque a gente se coloca no lugar de um juiz. O senhor é médico, sabe disso. “Tenho que resolver o problema do paciente, mas o dinheiro que eu tenho é esse, se eu atendo esse, eu deixo de atender tantos outros”. Remédio de alto impacto, não é isso, deputada Beth? O que o estado vai fazer com isso? Qual é o planejamento que os senhores têm? O que os senhores têm pensado sobre isso para melhorar a distribuição, aumentar a distribuição, fazer chegar remédio às pessoas? E quanto o remédio de alto custo, as providências que estão sendo tomadas?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Eu vou focar em alto custo. Nós temos 290 medicamentos de alto custo que são distribuídos nas farmácias de alto custo. Não é esse o nome, mas é esse que a gente... Então, esses medicamentos, quando nós começamos a gestão, estavam em uma situação preocupante, e... não diria fora de controle, mas foi uma situação de preocupação, tanto do ponto de vista do que tínhamos proveniente do governo federal quanto da própria secretaria.

Desses 290, uma parte um pouco maior é do Ministério da Saúde, que é metade, e a outra parte é da própria secretaria. No dia de hoje - eu trouxe até os números aqui -, desses 290, 20 estão fora das farmácias. Desses 20, oito são relacionados ao Ministério da Saúde, sendo que, desses oito, um tem impacto. O que quer dizer ter impacto? Na hora que ele falta, ele causa situação preocupante para o paciente.

Na Secretaria de Estado, nós temos doze. Desses 12, cinco já estão comprados. Isso é algo dinâmico, né? Hoje eu digo que tem 20, depois da amanhã pode ter 22, 18, 14, né? Então, desses nossos 12, cinco já foram comprados e estão em processo de entrega, e sete não foram comprados, porque não deu certo a concorrência, chama-se fracasso, e assim por diante.

Nenhum tem impacto, é de alto custo, mas ele não tem o impacto de perigo na falta dele. Então, como é que nós melhoramos isso? Primeiro, ficando em cima, né? Uma gestão participativa. Chamamos todos, vamos... Todo dia primeiro, sete horas da manhã a gente está lá na farmácia do Maria Zélia, que é uma das farmácias mais

importantes, dessas de alto custo. São 17 no estado. Temos também ido agora para a Vila Mariana, que é outra farmácia desse tipo.

Por outro lado, uma nova diretoria de compras, dentro da coordenadoria de atenção farmacêutica, e essa nova diretoria de compras, então, tem ficado com essa incumbência, assim, de manter esse estoque sempre o mais baixo de falta possível.

Com isso, a gente conseguiu chegar nesse ponto. Com relação aos medicamentos do ministério, só voltando um pouco, agora, nós estamos falando para vocês, vamos informatizar a consulta que o paciente faz a respeito do seu medicamento. Então, eu vou ao Maria Zélia. Sou um paciente que busco isso no Maria Zélia. Todo mês eu vou lá no dia primeiro e pego para o mês inteiro. Eu poderia ir depois, mas eu não confio no sistema, então eu vou no dia primeiro.

Então, agora eu vou ser cadastrado, via App. Eu vou ser cadastrado, quais são os medicamentos que eu busco todo mês, com que frequência, como funciona. Feito isso, eu posso consultar cada minuto como está o estoque, e aí eu sou programado para ir em um dia e diluir isso ao longo do mês. Porque é no dia primeiro que tem as filas. Porque vai todo mundo no mesmo dia, em qualquer dessas farmácias.

Outra coisa. A gente fez também certa descentralização. No ABC, no Hospital Mário Covas, tinha uma distribuição para todo o ABC. Então, nós já tiramos a de São Bernardo, foi para o Poupatempo de São Bernardo. O próximo a sair agora, no final do mês, São Caetano e vai para um Poupatempo de São Caetano, e assim sucessivamente, vamos esvaziando um pouco o Mário Covas, por que era uma loucura de gente indo lá todo mês, ali o mês inteiro.

Então, com essas providências de tecnologia a gente vai conseguir melhorar o fluxo de distribuição dos medicamentos de alto custo. O que procuramos, ao final da história, é diminuir a judicialização. O pecado que existe é a judicialização, que é a entrada lateral do paciente, pela porta lateral do sistema. Ele não entra pela porta da frente. Então, isso é que custa caro. Porque, por exemplo, os próprios medicamentos federais, quando estão na judicialização, quem paga é o tesouro de São Paulo. Tem essa situação também que preocupa.

Então estamos nos 200 milhões, já foi 1 bilhão. Acho que até o final desse ano, se dobrar - vamos dizer assim, porque acho que não vai dobrar - teremos 400, a grosso número. No ano passado já foi 600... (Inaudível.) Então a gente está trabalhando. Temos

um trabalho intenso com o Ministério Público. Construimos, junto com eles, o ACESSA SUS.

O ACESSA SUS é um sistema que, na verdade, procura fazer com que o SUS funcione direito. Dentro desse sistema da judicialização, é isso que ele faz. O próprio Ministério Público é que orienta os seus juizes no sentido do que deve ser feito. Lógico, com a nossa ajuda.

É uma questão técnica. Mas a participação do Ministério Público é fundamental para que a gente possa... E aqui, a pessoa que eu gostaria de citar é a procuradora Lídia Passos, que é quem coordena esse programa dentro do Ministério Público. Está indo muito bem, na Secretaria da Saúde. Já passamos também para a Secretaria Municipal. Acho que essas quedas que obtivemos no valor da judicialização se deve, em boa parte, a esse programa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E quanto ao governo federal? Alguma providência do Governo do Estado?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - É uma interação constante, de decidir. Falei que são oito, dois dias aqui, 10... (Inaudível.) Então a gente procura ter um relacionamento com a área do governo federal no sentido de que às vezes precisa da gente e tem que ter uma interação. Nunca fizemos, pelo menos nesses oito meses de governo, nenhuma ação do ponto de vista judicial, contra o governo federal.

Se eu fosse fazer isso, só para ilustrar a resposta, eu faria em outras áreas que não essa... (Inaudível.) ...mais importantes do ponto de vista de atendimento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Secretário, a Secretaria, nesse estudo que o senhor nos colocou, existe auditoria, contratada para fazer esse estudo sobre a Furp. Existe também uma sindicância que foi aberta. Qual o prazo para término, tanto da sindicância quanto...

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - A sindicância, até o final do mês. A auditoria externa, você sabe a data? (Voz fora do microfone.) Então está terminando as duas.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Primeira semana do mês que vem?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - As duas estão terminando.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então, tão logo tenha o resultado, a gente já pede para encaminhar para cá o relatório, para que os membros da CPI tenham conhecimento. Secretário, existe algum programa para aumentar ainda o Dose Certa, a ampliação da Farmácia Dose Certa? Ou não?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Sim. Veja, a questão de aumentar o Dose Certa, precisa mesmo. A gente vai ter que fazer isso. Estamos cada vez mais chegando perto dos municípios. Porque é a eles que temos que contar na questão do Dose Certa. Mas isso independe da questão da produção e da entrega. É uma questão de ter um estoque a respeito desse medicamento e passar para eles.

Então, nesse sentido, temos uma nova logística que está sendo implantada na Secretaria com o objetivo de agilizar exatamente essa distribuição. Estamos tendo bons resultados. E agora passamos por uma fase - de novo - de informatização. Melhorar o dado e a informação através da... Temos uma área de tecnologia digital (que é o que a gente está chamando). E nesse sentido, de inovação digital, a gente tem feito vários programas. O Teledermato em Catanduva...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor está fazendo o quê?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Vou falar já. Explico para a senhora. O Teledermato em Catanduva. Temos em Ribeirão Preto o piloto de hora marcada para atendimento de consultas e exames. Aqui estamos começando, no Maria Zélia, a questão dos medicamentos.

E agora vamos iniciar o prontuário. Não um prontuário eletrônico. Mas uma história clínica do paciente: ele veio daqui, foi para outro médico. O médico sabe enxergar, no celular dele e do paciente, o que aconteceu com ele. Isso vai ser um ganho

enorme. Exames que são pedidos, hoje, desnecessariamente, e não são poucos. Enfim, dá uma continuidade de tratamento.

Só utilizando, como exemplo, Catanduva. Lá estamos fazendo o Teledermato, na região, com 18 municípios. Existia ali uma fila de 7 mil pacientes para ir ao dermatologista. Pegamos assim em janeiro. E isso é uma grande dificuldade de você levar o dermatologista a determinadas regiões. E olha que é Catanduva. Imagina os hospitais. Então, lá, 7 mil. Nesses 7 mil, é a DRS - que a gente chama - que pertence, na verdade, a Rio Preto. Mas, dentro desses 18 municípios, eram 2 mil casos.

O que estamos fazendo? Conseguimos, gratuitamente, com a colaboração do Albert Einstein. Então o médico da UBS, clínico, não é dermatologista. Ele tira uma foto da lesão e esse paciente está cadastrado ali da mesma forma que o outro sistema. E aí ele manda essa foto para o Einstein. O Einstein dá o laudo e devolve para o AME, que é o Ambulatório de Especialidades, onde tem um dermatologista.

E aí eles triam: esse aqui volta para a UBS para tratamento clínico; este aqui chama porque vai fazer biópsia. E assim por diante. E até o final do ano vamos ver se a gente atinge os 7 mil da DRS. É bem legal. Vamos ter um patrocínio, talvez, da Roche ou de qualquer outra empresa para fazer isso conosco.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Secretário, vou chegando ao final aqui. Mas é rápido. Essas informações que o senhor traz são importantes porque são modificações, na gestão de governo, que beneficiam diretamente o paciente, aquele que necessita. Então, essas informações que o senhor traz para a gente, com certeza vai ter repercussão aqui na Casa. A gente recebe com muita alegria.

Mas, secretário, o Vormittag, que tem uma denúncia contra ele de propina no Ministério Público, uma delação premiada, os deputados já tomaram conhecimento, ele esteve aqui e disse que foi exonerado pelo secretário David Uip em função de discordâncias. Algo ficou no ar ali.

Mas ele disse aqui para nós na CPI, e queremos confirmar com o senhor, se o senhor tem conhecimento, ele alega que a Secretaria de Saúde sempre comprou os remédios da Parceria Público Privada por compra direta. Mas que de uns tempos para cá, já no governo anterior, passou a fazer ata de registro de preço. Então, ele quis demonstrar que a PPP, lá de Américo Brasiliense, teve um prejuízo, acho eu, palavras dele, quando a Secretaria passou a comprar o remédio através de ata de registro e não se

utilizado o contrato que existia com a PPP; explicando melhor aqui para o senhor. Isso tem sido vantajoso para o governo? Qual a motivação disso? O que...

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - De novo a história das licenças, não é? Então, eu tenho um medicamento novo, por exemplo, eu coloco em ata de registro de preços. Não, vamos produzir na Furp ou na PPP. Aí esse custo vai subir; entendeu? Muito. Dada a questão da licença. Então, por isso eu compro no mercado. Essa é a resposta.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Economicidade.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Ah, não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Aí, secretário, o Estado, esta CPI vai acabar indicando problemas que houveram, de corrupção, desvio de recurso, má gestão. Os sub-relatores e o relator final deve apontar em seu relatório. O Ministério Público já tem lá delação premiada, deve propor ação probidade, aquilo que normalmente eles fazem lá, nós estamos tomando conhecimento de tudo isso. Tem que ser. O Estado tem plano de buscar a responsabilização e eventual ressarcimento de prejuízo desses ex-servidores, membros de conselho, funcionários que por lá passaram uma hora, tem algo em mente?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Tudo que for apontado nós vamos atrás. Pode ter certeza. Inclusive da própria PPP. Se dentro da questão do... um dos relatórios que vem diz a respeito da PPP, não é?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exato. Fundamental esse relatório, não é?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Lógico. Então, se lá diz que o contrato é leonino, se o contrato deve ser encerrado. Se for encerrado ele tem que ter um equilíbrio de contas aí, não é? Na hora do encerramento desse. E aquilo que a gente tiver que ir atrás, nós vamos atrás; pode ter certeza. A intenção nossa é essa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Temos aqui documentos, já que o senhor tocou nesse assunto - era uma das perguntas - que a dívida estimada da Furp com a CPM pelo registro de medicamentos é de 60 milhões. Eles já estão cobrando a Furp, e mais 40 milhões a diferença de repasse mensal e juros. Ou seja, 100 milhões de reais eles já estão cobrando a Furp com prejuízos com a PPP. Esse estudo, que foi contratado, também está levando essa questão...

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Vamos dizer assim: vamos encerrar o contrato? Quem paga para quem? Essa é a grande divisão e vai ser a discussão que vai ter que haver, porque a Secretaria deve para a PPP? Deve. A PPP deve para a Secretaria? Provavelmente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Em que, secretário, ela poderia dever? Produção de remédio?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Acho que seria nesse sentido, entendeu? Então, a gente precisa ir buscar essas causas. Se não houver, é só a Secretaria que deve, então tem que se pagar e está acabado, no caso do encerramento, entendeu? Que é o que parece que pode ter acontecido.

Isso tem obrigações de lado a lado. Tem que ser cumpridas todas elas.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Secretário, o Instituto Butantã dá prejuízo ou lucro para o Estado?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Dá lucro.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Dá lucro?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Tem uma receita importante. É aquela história: receita vem do Ministério, não é? Mas é uma receita. Dois bilhões vai fechar o ano. De quê? De venda de vacina para o Ministério que distribui para o Brasil inteiro. Só da gripe são 60 milhões. Existe uma capacidade de produção já

de 80 milhões, já a capacidade de 80 milhões e pode dobrar. Dobrar para ver se a gente consegue atingir safra e entressafra, entendeu? Então, enquanto num lugar você tem frio, em outro lugar você tem calor. Então, com isso a gente pode ir atendendo dessa maneira. Temos várias parcerias formadas com empresas para trazer tecnologia para o Brasil no sentido de medicamentos mais modernos que são aplicados na área de câncer e vacinas. E esse é o - vamos dizer assim - âmbito do Butantã.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Para quem é leigo no assunto, como eu, não sou da área, se o Butantã superavitário cumpre uma função social importantíssima, a Furp não deixa de ser porque está lá há 50 anos fazendo o seu trabalho. Não tem como, então, porque a gente está vendo que caminha econômica e financeiramente dizendo a Furp não é viável - ponto. Muitas vezes nem só o lucro ou o prejuízo é importante, a função social. O governo também é isso, não é? Mas por que, então, não aproveitar essas fábricas da Furp, se é que é possível, para o Instituto Butantã. Os senhores já chegaram a pensar algo assim? Reaproveitar esses funcionários, reaproveitar a estrutura física?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Eu acho que, de certa forma, nós vamos ter que considerar essa hipótese. Esses grupos de trabalho são totalmente diferentes. Vamos dizer assim, os medicamentos que o Butantã trabalha são de outra linhagem, não tem nada a ver, que são principalmente as vacinas. Daqui a pouco temos a vacina da Dengue. Vai ser maravilhoso na hora em que ela chegar.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Ele produz também a da...

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Ainda não.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Ainda não.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Ainda não, porque ela está em fase de pesquisa, a fase três da pesquisa. Ou seja, daqui um ano, um ano e meio...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Nós teremos?

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Nós, provavelmente, já podemos, se o estudo acabar direitinho a gente pode começar a produzir. Infelizmente é assim. Se tiver mais casos o estudo anda mais rápido. Se tiver menos casos o estudo demora mais. Infelizmente é isso.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então, deixar essa sugestão, que de repente o reaproveitamento desses funcionários lá existente, que já tem conhecimento na área, estrutura física.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Porque além de dar receita para a Secretaria, vamos dizer assim, o importante é expansão. Então, ele estando em expansão, ele deve precisar de alguns recursos que a gente pode buscar; por que não?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exatamente. Pode ir...

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Por isso que eu digo: tem várias possibilidades, e a gente vai ter que estudar, como solução, depois que nós tivermos...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Esse relatório, então.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - É isso que tem que fazer? Então, vamos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pergunto aos Srs. Nobres Deputados se tem algum questionamento a fazer.

Alguém quer fazer uso da palavra? Sr. Secretário, quero fazer mais uma colocação?

SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Queria agradecer por ter vindo aqui, pela forma como foi recebido. Agradeço. Estou à disposição. A transparência é um princípio nosso. Estamos sempre dispostos a vir aqui.

A próxima eu acho que vai ser na próxima... Quatro em quatro meses é que a gente tem que trazer o relatório. Mas, virei quantas vezes for preciso. Estou às ordens.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Secretário, tem duas questões que não dizem respeito aqui a esta CPI.

Vou lembrar o senhor. Foi aprovado ontem aqui na Comissão de Saúde um requerimento de minha autoria porque eu fui presidente da CPI das OSs no mandato passado, que é a avaliação do relatório.

Nós pedimos à Secretaria que ela fizesse a avaliação do relatório aprovado aqui pela CPI. Isso já tem um retorno para dar para a gente e tal?

SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Porque tem um projeto de lei que...

SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Isso, por causa dele.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nós precisamos fazer avançar aqui na Casa, da melhor forma possível. Ele pode ser aprimorado, os deputados vão aprimorar. Foi o que vimos naquela época.

Mas a gente precisava avançar nisso para dar mais poderes aos senhores da Secretaria, até na fiscalização desses contratos, para fazer mais com menos, como a gente...

SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Perdão, pode deixar que eu vou ver isso. Então, ele está comigo, eu já conversei... Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tá. Vamos continuar conversando, para a gente avançar ainda esse ano aqui.

E, agora em causa própria, não esqueça que na nossa região temos dois AMEs, mas não são cirúrgicos. Mas, a estrutura existe. Então, de repente é realocar recursos de Santa Bárbara para Atibaia, para Amparo, e a gente atende melhor os pacientes sem precisar viajar.

O Hospital Regional que nós...

SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Falta o Hospital Regional.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Falta o Hospital Regional, secretário. Nós não temos nada lá. Eu me sinto um incapacitado, como deputado, de não ter resolvido essa questão até hoje em Bragança.

E o Lucy Montoro. Nós não temos Lucy Montoro lá. A prefeitura tem espaço, sede, tudo o que for.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Estamos trabalhando junto com a Célia Leão nesse sentido.

Chegaremos lá.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não, nobre deputado Carlos.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Para aproveitar, já que V. Exa. nos deu essa liberdade, abriu para falarmos de outros assuntos.

Só deixar claro aqui para o secretário, agradecer a presença dele, da participação, essa demonstração de otimizar, de modernizar, de fiscalizar. É essa esperança, não apenas de São Paulo, mas de todo o Brasil, que espera isso mesmo, mais eficiência.

Eu penso que é isso o caminho que vai apontar esta CPI. Mas, apenas para dizer aqui que nós temos... A minha lista seria tão grande de demandas, que eu tenho uma

audiência com o senhor amanhã, e nós estaremos lá pessoalmente, levando algumas demandas de Osasco e também de Sorocaba.

Apenas isso, e agradecer, mais uma vez, a presença e ao presidente pela tolerância.

Obrigado, presidente.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Estaremos lá para recebê-lo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Secretário, eu pedi uma audiência com o senhor para tratar do assunto específico de uma lei aprovada nesta Casa aqui, e depois, por unanimidade, que o governador Geraldo Alckmin vetou.

O compromisso dele não era vetar. Mas, como o Palácio, pelo menos até então, era o vetador de tudo o que a Assembleia faz de boa iniciativa, até por ego de alguns de lá de dentro, pelo menos no governo passado.

É um projeto de lei importante, que eu queria que o senhor ajudasse a avaliar, para a gente derrubar o veto aqui. Também não faço questão de ser o autor da matéria que venha de lá para cá. Não tem problema.

O importante é atingir o objetivo, que é o atestado médico e odontológico digital, para acabar com fraudes, otimizar serviço, reduzir custo, diminuir o absenteísmo que existe no Poder Público.

O senhor sabe que tem... tem gente que tira atestado. No posto de saúde, de manhã, segunda-feira, você chega lá, eu, um dia, levei minha esposa a um posto de saúde logo de manhã, porque eu gosto de ver a rede pública como funciona, e lá, de manhã, a atendente já falou: "Quem é atestado vem para a esquerda". Metade do que estava lá já foi para a esquerda.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Desculpa atrapalhar aqui.

Eu fui ao médico também há umas duas semanas atrás. Isso do plano de saúde. E, ao final da consulta, era meia noite - o horário em que eu consegui ir ao médico. Ele perguntou assim: "Você quer atestado de quantos dias?".

"Não, espera aí. Eu quero atestado? Não. Eu preciso saber se eu preciso ficar afastado.". "Não, não. O senhor trabalha?". Eu falei: "Trabalho. E muito.". "Mas, o

senhor quer atestado de quantos dias?". Eu falei: "Não, não quero atestado. Não preciso, não."

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É a cultura.

Mas, então, tem esse projeto que foi vetado. E a preocupação do governo passado era o custo para implementar isso. Nós temos duzentos mil médicos e dentistas no estado, pela informação que temos aqui na Assembleia.

Quer dizer, uma propagandinha lá no site de qualquer medicamento, não sei o que, paga o custo de tudo isso. Então, eu vou pedir uma audiência, ir lá para a gente discutir um pouquinho isso.

Também, não faço questão de ser autor da matéria. Pode vir de lá do governo, que a gente quer tentar equacionar, agilizar. Me falaram até, secretário - vou avançar um pouquinho - que haveria uma preocupação.

Isso não é ideia minha, viu, secretário? Eu fui buscar no Distrito Federal. Porque ideia boa a gente vai copiando. Lá já funciona em termos. Não avançou muito porque corrupção tem em todo lugar, e a gente luta para que ela não exista e que ela diminua.

Mas, isso daria para o governo uma avaliação rápida através de tecnologia de informação. Pô, se tem alguém com determinadas patologias naquela região, com certa incidência, pô, já acende uma luz vermelha para os senhores lá.

Informação. Vive um cruzamento de quem vai para o hospital e quem não vai para o hospital. Porque, assim, hospitais, também, que muitas vezes fazem guia de internação que não existe, que acontece.

Nós já vimos até homem dando à luz, fazendo cesariana. Tem de tudo. Então, é levar, para que os senhores estudem isso lá. Quero agradecer muito a sua presença, das senhoras e dos senhores deputados, da imprensa, agradecer também a presença do procurador da Casa, o Dr. Claudio Adolfo Martins Haase, que se faz presente, e acompanha os trabalhos aqui na área jurídica.

E agradecer muito ao Sr. Afonso e toda a sua equipe. Vamos continuar buscando informações, para que a gente chegue a essa CPI com um resultado importante.

Obrigado, parabéns pelo seu trabalho e sucesso.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GERMANN FERREIRA - Obrigado. Muito obrigado. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Está encerrada a presente sessão.

* * *